

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 719.979 MINAS GERAIS

RELATOR : **MIN. ROBERTO BARROSO**
RECTE.(S) : **MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS**
ADV.(A/S) : **DENILSON MARCONDES VENÂNCIO E**
OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : **SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO**
MUNICÍPIO DE CAMBUÍ E MUNICÍPIOS DO
EXTREMO SUL DE MINAS GERAIS
ADV.(A/S) : **VINÍCIUS DA SILVA GONÇALVES E OUTRO(A/S)**

DECISÃO:

Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

“MANDADO DE SEGURANÇA-CONTRIBUIÇÃO SINDICAL-OMISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM EFETUAR OS DESCONTOS NOS PROVENTOS DOS SERVIDORES-OFENSA A DIREITO LÍQUIDO E CERTO-ATO ABUSIVO E ILEGAL – CONCESSÃO DA SEGURANÇA – PROVIMENTO DO RECURSO”.

A pretensão não merece acolhida. Sobre a matéria em questão, a Corte tem orientação no sentido de que a contribuição sindical é devida pelos servidores públicos, independentemente da existência de lei específica regulamentando a instituição. Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

“CONSTITUCIONAL. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL. SERVIDORES PÚBLICOS. Art. 8º, IV, da Constituição Federal.

II. – A contribuição sindical instituída pelo art. 8º, IV, da Constituição Federal constitui norma dotada de auto-aplicabilidade, não dependendo, para ser cobrada, de lei integrativa.

II. – Compete aos sindicatos de servidores públicos a cobrança da contribuição legal, independentemente de lei regulamentadora específica.

RE 719979 / MG

III. - Agravo não provido.” (AI 456.634-AgR, Rel. Min. Carlos Velloso).

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO – CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (CE, ART. 8º, IV, IN FINE) – SERVIDOR PÚBLICO –EXIGIBILIDADE – PRETENDIDA IMPOSIÇÃO DE MULTA –AUSÊNCIA DE INTUITO PROCRASTINATÓRIO – ATITUDE MALICIOSA QUE NÃO SE PRESUME – INAPLICABILIDADE DO ART. 18 E DO § 2º DO ART. 557 DO CPC – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO.

- A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal consagrou entendimento no sentido de que se revela exigível dos servidores públicos civis a contribuição sindical prevista no art. 8º, IV, in fine, da Constituição. Precedentes.

-A mera circunstância de a parte recorrente deduzir recurso de agravo não basta, só por si, para autorizar a formulação de um juízo de desrespeito ao princípio da lealdade processual.

É que não se presume o caráter malicioso, procrastinatório ou fraudulento da conduta processual da parte que recorre, salvo se se demonstrar, quanto a ela, de modo inequívoco, que houve abuso do direito de recorrer. Comprovação inexistente, na espécie.” (RE 413.080-AgR, Rel. Min. Celso de Mello).

O acórdão recorrido não divergiu dessa orientação.

Diante do exposto, com base no art. 557, *caput*, do CPC e no art. 21, § 1º, do RI/STF, nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2015.

Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO

Relator